



## Resenha do artigo intitulado “O dano existencial nas relações trabalhistas à luz do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: uma análise sobre o cabimento da indenização”<sup>1</sup>

Review of the article titled “Existencial damage in labor relations in the light of the constitutional principle of the dignity of the human person: an analysis on the fitness of the indemnity”

**Erik da Silva Marques<sup>2</sup>**

 <https://orcid.org/0000-0002-9833-8792>

 <https://lattes.cnpq.br/2938411342569045>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: erikmarques.juridico@gmail.com

### Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “O dano existencial nas relações trabalhistas à luz do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: uma análise sobre o cabimento da indenização”. Este artigo é de autoria de: Laís Barros Mendes de Moraes; Dulce Teresinha Barros Mendes de Moraes. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”, no Vol. VII, edição n. 26, abr./jun., 2016.

**Palavras-chave:** Dano Existencial; Trabalhador; Dignidade da Pessoa Humana; Indenização.

### Abstract

*This is a review of the article entitled “The existential damage in labor relations in the light of the constitutional principle of the dignity of the human person: na analysis on the fitness os indemnity.” This article is authored by: Laís Barros Mendes de Moraes; Dulce Teresinha Barros Mendes de Moraes. The article reviewed here was published in the journal; “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros,” in Vol. VII, edition no. 26, Apr./jun., 2016.*

**Keywords:** *Exisiential Damage; Worker; Human Dignity; Indemnification.*

### Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “O dano existencial nas relações trabalhistas à luz do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: uma análise sobre o cabimento da indenização”. O artigo é de autoria de: Laís Barros Mendes de Moraes e Dulce Teresinha Barros Mendes de Moraes. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”, no Vol. VII, edição n. 26, abr./jun., 2016.

<sup>1</sup> Resenha de aproveitamento da disciplina TC (Trabalho de Curso), do curso *Bacharelado em Direito*, do Centro Universitário Processus – UniProcessus, sob a orientação dos professores *Jonas Rodrigo Gonçalves* e *Daniilo da Costa*. A revisão linguística foi realizada por *Roberta dos Anjos Matos Resende*.

<sup>2</sup>Graduando em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

Sobre as autoras do artigo, conheçamos um pouco acerca do currículo de cada uma delas. Muito do que compõe a formação ou a experiência de uma autora contribui para a reflexão temática dos temas aos quais se propõe a escrever. Conheçamos um pouco sobre cada autora.

A primeira autora é Laís Barros Mendes de Moraes, Graduada em Bacharelado em Direito; atua como advogada pela OAB/DF.

A segunda autora deste é Dulce Teresinha Barros Mendes de Moraes. Doutora em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco; Mestre em Economia, pela Universidade de Brasília; Pós-Graduada Lato Sensu em Direito e Processo do Trabalho, pela Faculdade Processus, e em Direito Processual Civil e Direito do Trabalho, pelo CEUB/CESAPE; Graduada em Direito, pela Universidade de Brasília; Letras- Licenciatura em Língua Portuguesa e respectiva Literatura, pela Universidade de Brasília; e Administração, pela Universidade de Brasília. Professora Doutora na Faculdade Processus, em Brasília, onde exerce a função de Coordenadora do Núcleo de TCC. Orcid <https://orcid.org/0000-0003-0661-7709>.

O artigo é dividido nos seguintes capítulos: resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, introdução, 1. O princípio constitucional da dignidade humana e os direitos trabalhistas, 1.1. Direitos fundamentais na constituição cidadã de 1988. 1.1.1. O direito à saúde, 1.1.2. O direito da personalidade, 1.1.3. O direito ao descanso e ao lazer, 1.2. O direito à existência digna, 2. Limites À jornada de trabalho, 2.1. Duração do trabalho, 2.2. Jornada extraordinária e tempo à disposição do empregador, 3. O cabimento da indenização em face do dano existencial na relação trabalhista, 3.1. Diferença entre dano existencial e dano moral, 3.2. Dano existencial nas relações laborais, 3.3. Cabimento da indenização, considerações finais, referências.

No resumo deste artigo consta:

O objetivo deste artigo foi discutir o dano existencial nas relações trabalhistas fundado no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Foi investigado o cabimento de indenização em virtude do instituto da responsabilidade civil de reparação do dano, que tem sido reconhecida pelos tribunais Nacionais. Entre outros, são princípios da relação trabalhista, o direito à saúde, à existência digna, à personalidade, ao descanso e ao lazer, os quais, associados ao princípio da dignidade humana, evidenciam os principais direitos humanos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Quanto ao dano existencial, a doutrina tem visto como um dano oriundo de abusos do poder diretivo nas relações de trabalho que inviabilizam a continuidade ou o recomeço de projetos de vida dos empregados. Pode-se concluir, que comprovado o dano existencial nas relações laborais, caberá a indenização, ou seja, ao Poder Judiciário cabe o arbitramento da indenização ao trabalhador que vítima do dano existencial no âmbito trabalhista.

O tema do artigo é “O dano existencial nas relações trabalhistas à luz do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: uma análise sobre o cabimento da indenização”. Discutiu o seguinte problema: “o dano existencial nas relações trabalhistas à luz do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana”. O artigo partiu da seguinte hipótese: “neste artigo verificou-se a possibilidade de aplicação do dano existencial às relações de trabalho, a partir da avaliação das extensas jornadas realizadas pelos trabalhadores e das ofensas aos direitos humanos fundamentais contemplados na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988)”.

O objetivo deste artigo foi: “O presente artigo teve por objetivo discutir o dano existencial nas relações trabalhistas à luz do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana”.

Este trabalho se justifica, especialmente, para docentes e discentes do ensino superior do curso de Direito, mas não apenas para estes, por tratar um conteúdo de extrema relevância social sobre as perspectivas do contexto laboral, e o posicionamento Judiciário que considera o dano imaterial como gênero e o dano existencial como uma das espécies do dano imaterial nas relações de trabalho, fundamentando seu posicionamento nas leis, na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

A metodologia usada para a construção da pesquisa utilizada no artigo aqui analisado foi a investigação e a análise sobre o cabimento de indenização em face do instituto da responsabilidade civil, que vem sendo reconhecida pelos tribunais pátrios.

De maneira clara, as autoras iniciam abordando a relação do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e os direitos trabalhistas. Nesse ponto, as autoras apresentam a relevante análise das mudanças no cenário econômico e social que ocorre atualmente, ressaltando a importância da adaptação do Direito do Trabalho para as mudanças no ambiente laboral.

Aprofundando neste ponto, as autoras abordam os direitos fundamentais da Constituição cidadã de 1988 (BRASIL, 1988), apontando os preceitos essenciais que estão envoltos da relação trabalhista e a interdependência entre esses direitos, indicando que, entre outros, o direito à saúde, da personalidade, ao descanso e ao lazer, à existência digna, em conjunto com o princípio da dignidade humana, como os principais direitos humanos fundamentais, expressos na Constituição Federal de 1988. Em seguida, explanam objetivamente sobre cada um desses direitos previstos na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

De forma organizada, as autoras iniciam abordando o direito à saúde, citando abordagens doutrinárias e os principais artigos e incisos da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) que tratam sobre o tema direito à saúde e a relação laboral, potenciais repercussões negativas à saúde do trabalhador por conta dos abusos, por meio do poder diretivo do empregador, ao propor reiteradas extensões de jornadas sem concessão de férias ao trabalhador, que podem aumentar os riscos de doenças laborais, ocupacionais ou acidentes de trabalho.

Em seguida, o artigo aborda o direito da personalidade que, mesmo diante da subordinação no âmbito trabalhista, é um direito irrenunciável e indisponível, embasado na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e no Código Civil (BRASIL, 2002), conforme fundamentam as autoras. Da mesma forma, o direito ao descanso e ao lazer, assim como o direito de ter uma existência digna são referenciados no artigo e embasados na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que traz os fundamentos da dignidade humana e o direito ao trabalho em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (BRASIL, 1945), da qual o Brasil é signatário.

De forma concisa, no segundo capítulo do artigo as autoras apresentam as fundamentações, conceitos e parâmetros legais e constitucionais dos temas: limites à jornada de trabalho; a duração do trabalho; e jornada extraordinária e tempo à disposição do empregador. Em relação aos limites à jornada de trabalho, são articuladas fundamentações da Consolidação das Leis do Trabalho (BRASIL, 1943), doutrinárias e constitucionais, que expõe a proteção do trabalhador diante do poder

diretivo do empregador visando preservar os direitos de ter férias, convívio com os familiares, vida em sociedade, tempo pessoal e para qualificação profissional.

Com exatidão, as autoras apresentam o panorama atual sobre a duração do trabalho e os efeitos do estresse reiterado da extensão da jornada de trabalho na vida social, familiar, pessoal e na saúde do trabalhador, conseqüentemente, o artigo apresenta a necessidade do cumprimento das limitações constitucionais e legais da jornada de trabalho e suas formas de compensação para limitar os abusos do poder diretivo e para a promoção dos direitos humanos fundamentais dos trabalhadores.

A jornada extraordinária e o tempo à disposição do trabalhador são conceituados com objetividade e clareza na abordagem feita pelas autoras do artigo. Assertivamente, rememoram o conceito de “jornada de trabalho”, dando seguimento lógico é apresentado de forma sucinta “o tempo à disposição do trabalhador” e a “jornada extraordinária”.

Há ainda uma breve abordagem sobre a jornada extraordinária em relação aos acordos e convenções coletivas, abordando inclusive a fundamentação legal e doutrinária sobre o tema e sobre o ponto em que os abusos patronais se tornam violações dos direitos constitucionais e legais. O labor em jornadas extraordinárias, de forma habitual, constitui violação aos preceitos legais norteadores das relações de trabalho, do direito ao descanso, direito à saúde, dentre outros que compõem direitos inerentes ao direito constitucional de uma existência digna.

As autoras abordam, de maneira robusta, o último capítulo do artigo, fundamentando seus argumentos na doutrina, nas leis e na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). O capítulo que aborda o cabimento da indenização em face do dano existencial na relação trabalhista é pedagogicamente subdividido em uma apresentação geral dos instrumentos normativos e da visão doutrinária sobre o tema, acompanhado de três subtópicos que detalham com clareza a “diferença entre o dano existencial e o dano moral”; “dano existencial nas relações de trabalho”; e por fim o “cabimento da indenização”, este último acompanhado de uma robusta fundamentação na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), no código Civil (BRASIL, 2002), na Consolidação das Leis do Trabalho (BRASIL, 1943) e decisões judiciais que tratam sobre o tema abordado ao longo do artigo.

Com base numa extensa fonte de consulta, as autoras expõem em suas considerações finais a conclusão favorável ao cabimento da indenização diante do dano existencial no ambiente de trabalho, cabendo ao Poder Judiciário sopesar a amplitude do dano existencial e a respectiva indenização diante do fato concreto para reparar o dano causado e prevenir a continuidade delitiva no ambiente de trabalho, resguardando os direitos trabalhistas, constitucionais e promovendo a consolidação do princípio constitucional da dignidade humana nas relações laborais.

## Referências

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 19.841**, de 22 de outubro de 1945. Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d19841.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm)>. Acesso em: 18 out. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.452**, de 1º de maio de 1943. Aprova a consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)>. Acesso em: 18 out. 2022.

BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm)>. Acesso em: 17 out. 2022.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em: <<http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

MORAIS, Laís Barros Mendes de; MORAIS, Dulce Teresinha Mendes de. O dano existencial nas relações trabalhistas à luz do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: uma análise sobre o cabimento da indenização. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídico e Financeiro**. Vol. VII, n. VII, abr.-jun., 2016. Disponível em: <http://periodicos.processus.com.br/index.php/egjf/article/view/115>. Acesso em: 18 out. 2022.